

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	55
------------------------------------------------------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	16.083
Preferenciais	14.842
<b>Total</b>	<b>30.925</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	509
<b>Total</b>	<b>509</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	120.365	123.885
1.01	Ativo Circulante	24.619	48.009
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.000	28.257
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.379	19.438
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.379	19.438
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	240	314
1.01.08.03	Outros	240	314
1.01.08.03.01	Outros Créditos	240	314
1.02	Ativo Não Circulante	95.746	75.876
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	84.055	64.127
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	42.214	21.769
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	42.214	21.769
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	41.841	42.358
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	41.841	42.358
1.02.02	Investimentos	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.03	Imobilizado	11.690	11.748
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.690	11.748

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	120.365	123.885
2.01	Passivo Circulante	7.873.996	7.874.476
2.01.02	Fornecedores	118	56
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	118	56
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.710	24.643
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	107	107
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25.603	24.536
2.01.05	Outras Obrigações	7.848.168	7.849.777
2.01.05.02	Outros	7.848.168	7.849.777
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.461.244	6.461.267
2.01.05.02.05	Provisão p/ Passivo a Descoberto em Investidas	1.382.512	1.382.641
2.01.05.02.06	Outras Contas	4.412	5.869
2.02	Passivo Não Circulante	265.641	267.341
2.02.02	Outras Obrigações	101.416	100.933
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.514	1.777
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.514	1.777
2.02.02.02	Outros	99.902	99.156
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	99.902	99.156
2.02.04	Provisões	164.225	166.408
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	164.225	166.408
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	155.525	155.525
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.170	8.353
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.530	2.530
2.03	Patrimônio Líquido	-8.019.272	-8.017.932
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.254.385	-8.243.026
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.428	9.466
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-39.993	-50.050

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.382	978
3.03	Resultado Bruto	1.382	978
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.274	-5.954
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.274	-16.656
3.04.02.01	Despesas Gerais	-1.346	-10.634
3.04.02.02	Provisão Perda nas Investidas	-9.928	-14.022
3.04.02.03	Reversão de Provisão Devedores Duvidosos	0	8.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	10.702
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-9.892	-4.976
3.06	Resultado Financeiro	-1.505	-1.260
3.06.01	Receitas Financeiras	385	1
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.890	-1.261
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.397	-6.236
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-11.397	-6.236
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-11.397	-6.236
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,37000	-0,20000
3.99.01.02	PN	0,37000	-0,20000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-11.397	-6.236
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.095	-16.638
4.02.01	Realização da Reserva Reavaliação	38	-596
4.02.02	Ajuste de Conversão	10.057	-16.042
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.302	-22.874

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.606	13.072
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.277	30.140
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	58	72
6.01.01.02	Provisão p/ Contingências	-2.183	3
6.01.01.03	Provisão para Perdas em Investimentos	-129	30.065
6.01.01.04	Encargos Dívida Quirográfica	-23	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.068	-10.832
6.01.02.01	Aumento ( Redução) em Impostos a Recuperar	59	70
6.01.02.03	Aumento ( Redução) em Outros Ativos	75	31
6.01.02.04	Aumento ( Redução) Dep. Judiciais	517	-13.161
6.01.02.06	Aumento ( Redução) Obrig. Fiscais Tributárias	1.813	1.178
6.01.02.07	Aumento ( Redução) Fornecedores	62	-12
6.01.02.11	Aumento ( Redução) Reservas Previdenciárias	15	13
6.01.02.14	Aumento ( Redução) em Outras Obrigações	-1.473	1.049
6.01.03	Outros	-11.397	-6.236
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Trimestre	-11.397	-6.236
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	2.458
6.02.02	Baixas do Ativo Imobilizado	0	2.458
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.651	-17.632
6.03.01	Varição Mútulo Parte Relacionada	-20.708	-1.590
6.03.02	Ajustes de Conversão	10.057	-16.042
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.257	-2.102
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.257	8.572
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.000	6.470

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.340	0	-1.340
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.397	0	-11.397
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	10.057	0	10.057
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	10.057	0	10.057
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	38	-38	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	38	-38	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.294.378	9.428	-8.019.272



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	268.100	2.368	-4.790	-8.088.809	-3.323	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	2.368	-4.790	-8.088.809	-3.323	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.236	-16.042	-22.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.236	0	-6.236
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.042	-16.042
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-16.042	-16.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	596	-596	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	596	-596	0
5.07	Saldos Finais	268.100	2.368	-4.790	-8.094.449	-19.961	-7.848.732

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.01	Receitas	1.524	11.780
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.524	1.078
7.01.02	Outras Receitas	0	10.702
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-346	-207
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-346	-207
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.178	11.573
7.04	Retenções	-58	-72
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58	-72
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.120	11.501
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-9.543	-14.021
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.423	-2.520
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.423	-2.520
7.08.01	Pessoal	1.935	0
7.08.01.04	Outros	1.935	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.275	2.412
7.08.02.01	Federais	-1.276	2.411
7.08.02.03	Municipais	1	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.314	1.304
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.397	-6.236
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.397	-6.236

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	114.059	126.006
1.01	Ativo Circulante	49.442	62.040
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.398	30.676
1.01.03	Contas a Receber	3.125	6.298
1.01.03.01	Clientes	3.125	6.298
1.01.04	Estoques	5.644	4.805
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.777	19.672
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.777	19.672
1.01.07	Despesas Antecipadas	83	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	415	589
1.01.08.03	Outros	415	589
1.01.08.03.02	Outros Créditos	415	589
1.02	Ativo Não Circulante	64.617	63.966
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.553	50.236
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.582	3.526
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	4.582	3.526
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	45.971	46.710
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	45.971	46.710
1.02.02	Investimentos	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1
1.02.03	Imobilizado	13.719	13.342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.719	13.342
1.02.04	Intangível	344	387
1.02.04.01	Intangíveis	344	387

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	114.059	126.006
2.01	Passivo Circulante	7.082.737	7.093.234
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.014	3.195
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.630	1.681
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.384	1.514
2.01.02	Fornecedores	6.150	9.145
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.150	9.145
2.01.03	Obrigações Fiscais	93.507	89.721
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.672	6.730
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	86.707	82.897
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	128	94
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	510.353	519.902
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	140.583	150.132
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	140.583	150.132
2.01.04.02	Debêntures	369.770	369.770
2.01.05	Outras Obrigações	6.469.713	6.471.271
2.01.05.02	Outros	6.469.713	6.471.271
2.01.05.02.04	Obrigações com Credores Quirografários	6.461.244	6.461.267
2.01.05.02.13	Outras Contas	8.469	10.004
2.02	Passivo Não Circulante	1.050.594	1.050.704
2.02.02	Outras Obrigações	157.485	156.832
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.386	14.587
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	14.386	14.587
2.02.02.02	Outros	143.099	142.245
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	143.099	142.245
2.02.04	Provisões	893.109	893.872
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	893.109	893.872
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	879.610	876.920
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.777	14.230
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.722	2.722
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-8.019.272	-8.017.932
2.03.01	Capital Social Realizado	268.100	268.100
2.03.02	Reservas de Capital	-2.422	-2.422
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.790	-4.790
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	2.368	2.368
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.254.385	-8.243.026
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.428	9.466
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-39.993	-50.050

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.220	9.390
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.159	-5.273
3.03	Resultado Bruto	3.061	4.117
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.198	-673
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.404	-3.532
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.772	-7.839
3.04.02.01	Despesas Gerais	-5.772	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	13.160
3.04.04.01	Venda de Imobilizado	0	13.160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-22	-2.462
3.04.05.01	Perda nas alienações do imobilizado	-22	-2.462
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.137	3.444
3.06	Resultado Financeiro	-5.260	-9.680
3.06.01	Receitas Financeiras	729	4
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.989	-9.684
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.397	-6.236
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-11.397	-6.236
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-11.397	-6.236
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-11.397	-6.236
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,36000	-0,20000
3.99.01.02	PN	-0,36000	-0,20000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-11.397	-6.236
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.095	-16.638
4.02.01	Realização da Reserva Reavaliação	38	-596
4.02.02	Ajuste de Conversão	10.057	-16.042
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.302	-22.874
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.302	-22.874

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-18.501	6.131
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.092	22.091
6.01.01.01	Encargos da Dívida Quirografária	-23	0
6.01.01.02	Atualização Saldo Financiamentos	0	9.236
6.01.01.03	Atualização Títulos a Pagar	-9.549	3.851
6.01.01.04	Atualização Debêntures	0	6.477
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-763	2.249
6.01.01.06	Depreciação / Amortização	243	278
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.988	-9.724
6.01.02.01	Aumento ( Redução) Contas a Receber Clientes	3.173	4.701
6.01.02.02	Aumento (Redução) Impostos a Recuperar	-105	-38
6.01.02.03	Aumento ( Redução) nos Estoques	-839	-797
6.01.02.04	Aumento ( Redução) em Outros Ativos e Aluguel Rec.	91	-82
6.01.02.05	Aumento ( Redução) Depósitos Judiciais	739	-13.162
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-2.995	-5.294
6.01.02.07	Aumento (Redução) Obrig. Fiscais e Sociais	4.459	4.002
6.01.02.09	Aumento (Redução) nas Reservas Previdenciárias	15	24
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Outras Contas Pagar	-1.550	922
6.01.03	Outros	-11.397	-6.236
6.01.03.01	Prejuízo Líquido do Trimestre	-11.397	-6.236
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-577	2.428
6.02.01	Aumento no Ativo Imobilizado	-599	-35
6.02.02	Baixa do Ativo Imobilizado	22	2.463
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.800	-15.749
6.03.01	Variação no Mútuo com Partes Relacionadas	-1.257	293
6.03.02	Ajuste de Conversão	10.057	-16.042
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.278	-7.190
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.676	14.033
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.398	6.843

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932	0	-8.017.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	-2.422	0	-8.293.076	9.466	-8.017.932	0	-8.017.932
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.340	0	-1.340	0	-1.340
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.397	0	-11.397	0	-11.397
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	10.057	0	10.057	0	10.057
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	10.057	0	10.057	0	10.057
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	38	-38	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	38	-38	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	-2.422	0	-8.294.378	9.428	-8.019.272	0	-8.019.272



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	268.100	2.368	-4.790	-8.088.809	-3.323	-7.826.454	0	-7.826.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	268.100	2.368	-4.790	-8.088.809	-3.323	-7.826.454	0	-7.826.454
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.236	-16.042	-22.278	0	-22.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.236	0	-6.236	0	-6.236
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.042	-16.042	0	-16.042
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-16.042	-16.042	0	-16.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	596	-596	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	596	-596	0	0	0
5.07	Saldos Finais	268.100	2.368	-4.790	-8.094.449	-19.961	-7.848.732	0	-7.848.732

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.01	Receitas	8.951	22.161
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.951	11.464
7.01.02	Outras Receitas	0	10.697
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.112	-7.300
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.159	-5.273
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.953	-2.027
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.839	14.861
7.04	Retenções	-243	-278
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-243	-278
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.596	14.583
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	729	11.386
7.06.02	Receitas Financeiras	729	11.386
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.325	25.969
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.325	25.969
7.08.01	Pessoal	5.502	3.664
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.126	3.258
7.08.01.02	Benefícios	318	237
7.08.01.03	F.G.T.S.	143	169
7.08.01.04	Outros	2.915	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.052	6.864
7.08.02.01	Federais	1.272	5.912
7.08.02.02	Estaduais	777	949
7.08.02.03	Municipais	3	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.168	21.677
7.08.03.01	Juros	5.224	20.198
7.08.03.02	Aluguéis	1.944	1.479
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.397	-6.236
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.397	-6.236

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

**Kosmos Comércio de Vestuário S/A** – em recuperação judicial (Companhia), atual denominação social de Lojas Arapuã S/A, apresenta os resultados do trimestre findo em 31 de março de 2016.

#### **Informações sobre o processo de Recuperação Judicial:**

A Assembleia Geral dos Credores, realizada em 16/12/2011, aprovou por maioria, o plano de recuperação judicial de Kosmos Comercio de Vestuário S/A, que foi homologado na Justiça em 05/03/2012. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/2014 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 04/09/2014.

Em julho de 2012 foram iniciadas as vendas dos imóveis previstos no Plano de Recuperação Judicial, concluídos com sucesso até dezembro de 2015, através de diversos leilões realizados com autorização judicial.

Em dezembro de 2014 foram iniciados os pagamentos aos credores trabalhistas com créditos até R\$ 45 mil e a partir de janeiro de 2016 foram iniciados os pagamentos dos créditos trabalhistas remanescentes, conforme aprovado no plano de recuperação judicial.

Ainda neste primeiro semestre de 2016 a Companhia pretende também efetuar o pagamento aos credores da classe quirografária, nos termos aprovados no plano de Recuperação Judicial.

#### **Desempenho Operacional:**

##### **Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em Recuperação Judicial:**

A atividade operacional preponderante da Companhia, na atualidade, é a locação de imóveis.

A receita operacional líquida no trimestre findo em 31 de março de 2016 foi de R\$ 1.382 e em março de 2015 foi de R\$ 978.

## Comentário do Desempenho

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ (11.274) e em março de 2015 R\$ (5.954) A elevação desta despesa ocorreu na rubrica "Provisão para passivo a descoberto das investidas".

O Resultado financeiro em março de 2016 foi negativo em R\$ (1.505) e em 2015 foi de R\$(1.260).

Prejuízo do trimestre findo em 31 de março de 2016 foi de R\$ (11.397).

### Desempenho Econômico-financeiro 2016

#### CONTROLADA - Novelty Modas S.A

A Novelty Modas S/A (atual denominação social da Arapuã Comercial S/A) foi constituída em 17 de dezembro de 1998, por Kosmos Com. de Vestuário S/A, através da transferência dos seus pontos comerciais, centros de distribuição e demais ativos operacionais, como parte do plano de reestruturação elaborado pelos administradores com o apoio dos credores e autorizado judicialmente.

Em março de 2008 a empresa passou a explorar o mercado de vestuário/modas voltado ao público feminino, masculino e infanto-juvenil, com 12 lojas localizadas nos estados de São Paulo (região da Grande São Paulo) e Minas Gerais (região da Grande Belo Horizonte) e conhecidas pelo nome fantasia de **Sette Bello Modas S/A**.

A Receita líquida das Vendas do 1º TRI-16 (R\$ 7.158) comparando com o 1º TRI-15 (R\$ 9.046) apresenta redução de 20,9%, em consequência da forte redução no consumo, ocasionado pela situação política econômica que passa o país.

Nas Despesas Comercial do 1º TR-16 (R\$ 3.404) ocorreu aumento de 3,6% em comparação ao 1ºTR-15 (R\$ 3.532) do ano anterior.

As Despesas Administrativas do 1º TR16-(R\$ 16 5.105) em relação ao 1ºTR-15 (R\$ 4.373) apresenta uma redução de 14,3%.

No Resultado Financeiro do 1º TR-16 R\$ 2.642 totalizou crescimento de 40,9% em relação ao mesmo TRI-15 (R\$ 3.722) do ano anterior.

O Resultado do 1ºTRI-16 apurou um prejuízo de R\$ 9.827 e no 1ºTRI-15 do ano anterior apresentou um prejuízo de R\$ 8.130.

#### Recursos Humanos

Ao final do trimestre março 2016 a Novelty Modas S/A tinha 274 colaboradores dos quais 24 localizados na administração central e 250 nas lojas.

## **Comentário do Desempenho**

### **Relacionamento com Auditores Externos:**

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados a auditoria das demonstrações contábeis, está fundamentado nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2016, a TG&C Auditores Independentes não foi contratada para outros serviços que não seja a auditoria das demonstrações contábeis do exercício.

São Paulo, 06 de maio de 2016.

A Administração.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2016

#### 1. Contexto operacional

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (“Kosmos” ou “Companhia”), atual denominação de Lojas Arapuã S/A, fundada em 05/12/1994, é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto, estando com suas operações em bolsa suspensas após o pedido de Concordata Preventiva em 22/06/1998, com sede na Rua Sergipe, 475, 9º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social o comércio por atacado e varejo, desenvolvido em lojas e magazines, compreendendo bens duráveis e de consumo, bem como de importação, exportação e aluguel de bens.

#### A Recuperação Judicial:

Em 06 de abril de 2009, a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o qual foi indeferido primeiramente e posteriormente, com base em recurso interposto pela Companhia, foi provido o processamento da recuperação judicial em 27 de Outubro de 2009. Contudo, dois credores da companhia opuseram embargos de declaração, que foram acolhidos para esclarecimentos. O desembargador relator determinou a extração da carta de sentença para que a recuperação fosse processada independentemente de recurso contra o acórdão da apelação. Os autos da carta de sentença foram remetidos para o Juízo da 1ª Vara de Falências, que determinou a apresentação de documentação atualizada da Kosmos.

Em 30/08/2010 foi nomeado o administrador judicial da recuperação, Dr. Afonso Alves Braga (OAB/SP 122.093), com endereço na Av. Nove de Julho nº 3229, 10º andar, conjunto 1001, SP. O edital da lista de credores da Kosmos foi disponibilizado pelo Diário Oficial de Justiça em 07/01/2011.

O plano de recuperação foi apresentado em 03/11/2010 e o edital de aviso de entrega do plano publicado em 28/02/2011. Como alguns credores opuseram objeção ao plano de recuperação, designou-se a realização da Assembleia Geral de Credores para os dias 19 e 28 de outubro de 2011, em 1ª e 2ª convocação, respectivamente.

Em 17/10/2011, ainda, foi publicada a 2ª lista de credores, em cumprimento ao art. 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/05.

Realizada a 1ª convocação da assembleia, em 19/10/2011, em razão da ausência de quórum, ela não foi instalada. Realizada em 2ª convocação, em 28/10/2011, os credores presentes deliberaram, em sua maioria, pela suspensão da assembleia e continuação para o dia

## Notas Explicativas

16/12/2011, com o objetivo de realizar alterações no plano de recuperação judicial. A assembleia foi realizada em 16/12/2011, tendo sido aprovado, por maioria, o plano de recuperação da Kosmos Comércio de Vestuário S/A.

Em 05/03/2012 foi publicada a decisão que homologou o plano e concedeu a recuperação judicial da Kosmos. Contra essa decisão, a credora Primafer interpôs agravo de instrumento, o qual foi respondido e julgado em 02/10/2012, sendo que foi negado provimento ao recurso. O acórdão foi publicado em 31/10/2012. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos sem efeito modificativo. Em seguida o Ministério Público apresentou recurso especial, o qual foi respondido. Em 23/01/14 foi disponibilizada a decisão que negou prosseguimento ao recurso especial do Ministério Público, originando, assim, agravo de despacho denegatório, devidamente respondido e já remetido ao STJ, tendo sido autuado sob nº 563084/SP e encontra-se conclusos à Ministra Maria Isabel Gallotti desde 04/09/14.

Em 19/03/2012 a Companhia requereu autorização judicial para realização de leilão para venda de alguns imóveis previstos no plano, o que restou deferido pelo Juiz. O leilão foi realizado em 04/07/2012 e todos os imóveis desse lote foram vendidos. Posteriormente, foi requerida nova autorização para continuidade do leilão com alguns imóveis, sendo que o Juiz determinou a manifestação do Administrador, o qual, por sua vez, requereu esclarecimentos, devidamente prestados. Como o pedido demorou para ser apreciado, a Kosmos apresentou nova manifestação com o cronograma de todos os próximos leilões, o que foi deferido e, assim, foi realizado o primeiro leilão da série em janeiro de 2014. Em abril de 2014 foi realizado o leilão de mais um lote de imóveis, em cumprimento ao plano de recuperação judicial. Outras hastas públicas ocorreram em 17/04/14, 09/06/14, 03/07/14, 12/08/14, 12/11/14, 31/03/15, 29/10/15 e 17/12/15.

Peticionamos para requerer o levantamento de parte do numerário depositado judicialmente, o que foi deferido e, assim, foi iniciada a fase de pagamento dos credores trabalhistas. Posteriormente foi requerido o levantamento de outro montante, para pagamento de trabalhistas e quirografários, o que também foi diferido. A Administração aguarda a liberação das guias de levantamento para início dos pagamentos. Paralelamente, em 27/02/2016 foi publicado o edital de aviso aos credores quirografários para informação dos dados bancários.

## **Notas Explicativas**

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2016.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais da controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes até 06 de maio de 2016, que é a data da aprovação do Conselho de Administração, das demonstrações contábeis.

#### **2.1.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### **2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



## Notas Explicativas

### 2.2 Base de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas consideram as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas consideradas na consolidação foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas empresas controladas.

Em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as empresas consolidadas são as seguintes:

Investidas	% de participação	
	31/03/2016	31/12/2015
Bantan Serviços de Adm. de Crédito e Cobrança Ltda	100%	100%
Novelty Modas S/A	100%	100%
Arapuã International Invest. Corp.	100%	100%
Feniciapar S/A	99,98%	99,98%
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	99,90%	99,90%

**Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda.**, atual denominação de Arapuã Serviços de Administração de Crédito e Cobrança S/C Ltda., constituída na forma de sociedade civil em 15/12/1995. Em 17/04/2007, a sociedade alterou a sua natureza jurídica para sociedade empresarial limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de:

- Organização, planejamento e administração de serviços de crédito e cobrança extrajudicial e serviços afins;
- Administração de contas a pagar e receber;
- Coleta, análise e fornecimento de informações cadastrais;
- Fomento ao comércio varejista e atividades correlatas, inclusive os de assessoria e
- gestão de interesses de terceiros em operações à prazo.

**Novelty Modas S/A.** atual denominação de Arapuã Comercial S/A, constituída em 17/12/1998, na forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo no início como principais atividades, o comércio varejista de eletrodomésticos e móveis, migrando no início de 2008 para o comércio varejista de roupas.

**Arapuã International Investment Corp.** constituída nas Ilhas Virgens Britânicas em 04/01/1996, como Companhia Internacional, tendo como principais atividades:

- Investir, levantar ou subscrever o capital necessário para promover, estabelecer ou desenvolver empreendimentos e negócios; e
- Subscrever ou promover a subscrição, comprar, possuir, deter, adquirir por qualquer outro meio e vender, negociar, garantir, ceder, permutar e transferir por qualquer outro meio, ações de capital, créditos, obrigações, valores mobiliários, quotas e qualquer outro título ou documento de qualquer sociedade ou pessoa jurídica privada, pública ou semi-

## Notas Explicativas

pública e, enquanto for proprietário dos mesmos, possuir e exercer todos os direitos e privilégios correspondentes.

**Feniciapar S/A.**, constituída em 03 de Janeiro de 1994, tendo iniciado suas atividades em março de 1995 e tem por objeto social exclusivo:

- A aquisição de direitos creditórios decorrentes de bens vendidos ou de prestação de serviços realizados pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A., direitos creditórios estes que deverão ainda contar com a coobrigação da Companhia vendedora ou prestadora de serviços; e
- A cessão dos direitos referidos no parágrafo anterior.

**Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda.**, constituída em 27/03/2006, na forma de sociedade empresaria limitada, tendo como objeto social a atividade de prestação de serviços de crédito e cobrança amigável, cumulativa e continua de serviços de assessoria creditícia mercadológica, seleção de riscos, administração de contas a pagar e receber, a contratação, em nome próprio, por conta e ordem de terceiros.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas têm o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e suas controladas e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de:

- Saldos de investimentos e do patrimônio líquido;
- Saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

## Notas Explicativas

### 2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2016:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
No Brasil	Correspondente Internacional	Assunto	
(a) CPC 19 (R2)	IFRS 11	Negócios em conjunto	1º. de janeiro 2016
(b) CPC 27 e CPC 04 (R1)	IAS 16 e IAS 38	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	1º. de janeiro 2016
(c) CPC 33 (R1)	IAS 19	Benefícios a Empregados	1º. de janeiro 2016
(d) CPC 38	IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º. de janeiro 2018
(e) CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1)	IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes	1º. de janeiro 2018

**(a) CPC 19 (R2) / IFRS 11:** As alterações no CPC 19 (R2) / IFRS 11 fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios, bem como aspectos de teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o *goodwill* originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados. Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3. A Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis.

**(b) CPC 27 e CPC 04 (R1)/ IAS 16 e IAS 38:** As alterações no CPC 27 / IAS 16 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações no CPC 04 (R1) / IAS 38 introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita.
- Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

## Notas Explicativas

Atualmente, a Administração da Companhia usa o método linear de depreciação e amortização para os seus ativos imobilizado e intangível respectivamente e acreditam que esse método é o mais apropriado para refletir o consumo de benefícios econômicos inerentes aos respectivos ativos e dessa forma, acreditam que as alterações no CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 (R1) / IAS 38 não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis intermediárias.

**(c) CPC 33 (R1) / IAS 19:** As alterações no CPC 33 (R1) / IAS 19 esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, quando essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado. Para contribuições que são independentes do número de anos de serviço, a entidade pode escolher entre reconhecer as contribuições como uma redução dos custos do serviço no decorrer do período em que o serviço é prestado, ou atribuí-las ao período de serviços do empregado usando o método de projeção de unidades de crédito. Para as contribuições que dependem do número de anos de serviço, a entidade é requerida a atribuir as contribuições ao período de serviço do empregado. A Administração da companhia acredita que essas alterações no CPC 33 (R1) / IAS 19 não terão impactos materiais nas demonstrações contábeis intermediárias.

**(d) CPC 38 / IFRS 9:** IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Instrumentos de dívida mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuem termos contratuais do ativo financeiro estabelecendo datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes”. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado. A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada não cause efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

**(e) CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1) / IFRS 15:** Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) e CPC 17 (R1) / IAS 18 e IAS 11, bem

## Notas Explicativas

como interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. A Administração da Companhia entende que a aplicação da IFRS 15 no futuro não causará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias.

Devem ser divulgados os efeitos que cada um dos pronunciamentos acima trarão para a posição patrimonial e financeira e para o resultado da Companhia. Caso não sejam esperados impactos significativos, isso deve ser declarado. Caso exista a possibilidade de impactos significativos, mas não tenha sido possível levantar esses impactos para fins de divulgação, esse fato deve ser declarado.

### 3. Principais práticas contábeis

A Administração da Companhia e suas Controladas aplicaram as práticas contábeis abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados e estão descritas a seguir:

#### a) Receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas controladas são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento original de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

## Notas Explicativas

### **c) Instrumentos financeiros**

Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao “valor justo” por meio do resultado, sendo tais custos diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração posterior ocorre a cada data do balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

### **d) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa**

São apresentadas pelo valor provável de realização, já deduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas.

### **e) Estoques**

São avaliados ao último custo de aquisição, ao qual não excede o valor de mercado.

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

A Administração da Companhia julgou desnecessária a constituição de provisão para perda nos estoques em 31 de março de 2016.

### **f) Investimentos**

Os investimentos permanentes em empresas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

### **g) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### **h) Ajuste ao valor recuperável de ativos (impairment)**

A Administração da Companhia avalia anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### **i) Provisão para contingências**

As provisões foram constituídas frente às obrigações legais existentes ou como resultado de um evento passado, quando é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

### **j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

Os valores de imposto de renda e contribuição social estão sendo apurados na forma prevista na legislação vigente. Não foram constituídos créditos tributários diferidos em função de a Companhia não atender plenamente às premissas estabelecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **k) Uso de estimativa e julgamentos contábeis**

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, entre outras, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível, determinada pela Administração da Companhia, podem apresentar variações com relação aos dados e valores reais demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

### **l) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuro serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

## Notas Explicativas

### m) Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Companhia não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

### n) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a Companhia apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes.

### o) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Companhia apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

### p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias de capital aberto.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Disponibilidades em Moeda Nacional	5.000	28.257	5.155	30.664
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	15.243	12
	<b>5.000</b>	<b>28.257</b>	<b>20.398</b>	<b>30.676</b>

A rubrica de Títulos e Valores Mobiliários refere-se a liberação judicial de parte dos valores das vendas de imóveis por leilão, em cumprimento ao plano de recuperação judicial, para o pagamento dos credores trabalhistas e quirografários.



## Notas Explicativas

### 5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Contas a Receber de crediariastas	67.124	67.124	229.580	238.302
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(67.124)	(67.124)	(226.455)	(232.004)
	-	-	<b>3.125</b>	<b>6.298</b>

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo. A Companhia avaliou os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar ajuste.

Foi constituída provisão para perdas com recebíveis na controladora R\$ 67.124 e no consolidado R\$ 226.455, devido à difícil realização. O valor em aberto apresentado no contas a receber de R\$ 3.125 (R\$ 6.298 em 2015) refere-se à controlada Novelty Modas S/A com operadoras de cartões de crédito. A Administração da Companhia considera suficiente a provisão para crédito de liquidação duvidosa para cobrir eventuais prejuízos na carteira de clientes.

### 6. Impostos a recuperar

	Controlada		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ICMS	-	-	168	168
ICMS - Acréscimos Financeiros	-	-	13.417	13.417
Provisão Perdas ICMS	-	-	(13.417)	(13.417)
INSS	-	-	317	527
Provisão Perdas INSS	-	-	(317)	(527)
Impostos Federais	3.280	3.280	4.910	4.906
Provisão Impostos Federais	-	-	(2.708)	(2.708)
Pis	8.886	8.895	9.389	9.400
Cofins	7.213	7.263	7.830	7.880
Outros	-	-	188	26
	<b>19.379</b>	<b>19.438</b>	<b>19.777</b>	<b>19.672</b>

## Notas Explicativas

### 7. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Arrematação de Imóveis	34.730	35.284	34.730	35.284
Depósitos Restituíveis	6.218	6.682	6.807	7.242
Depósito Judicial - Hasta Pública	502	-	502	-
Depósitos para Garantia de Embargos	2.129	2.182	2.307	2.390
Provisão para Perdas Garantia Embargos	(2.129)	(2.182)	(2.129)	(2.182)
Produtos dados em Penhora	-	-	391	391
Provisão para Perdas Produtos dados Penhora	-	-	(391)	(391)
Bloqueios Judiciais	391	392	3.754	3.976
	<b>41.841</b>	<b>42.358</b>	<b>45.971</b>	<b>46.710</b>

Em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial foram efetuadas vendas de parte substancial dos imóveis da Companhia em Leilões realizados em 04/07/2012, 27 e 28/01/2014, 17/04/2014, 09/06/2014, 03/07/2014, 12/08/2014, 12/11/2014 e 31/03/2015, 29/10/2015 e 17/12/2015 totalizando R\$ 68.119, dos quais R\$ 33.389 foram liberados para pagamentos dos processos trabalhistas.

### 8. Investimentos

Como parte do plano de reestruturação da Companhia apresentada aos seus credores, foi constituída, em 17/12/1998, a Arapuã Comercial S/A. (hoje denominada Novelty Modas S/A.). O capital dessa empresa é composto por ativos transferidos de Kosmos, como as benfeitorias feitas em lojas, os pontos comerciais, estoques, bem como os passivos atrelados à operação comercial da Companhia, como fornecedores e obrigações com empregados e sociais.

	Novelty Modas S.A	Bantam Servs. Adm. Créd. e Cobrança Ltda	Samaro Adm. Créd. Cobr. Ltda	Feniciapar S.A	Arapuã International Invest. Corp	Minoritários	Totais
Capital Social	121.738	1	1	35.430	155	1	157.325
Quant. Ações e quotas (mil)	250.939.042	998	999	88.451	50	-	
Participação %	100	100	99,90	99,98	100	-	
PL (Passivo a descoberto) em 31 de março de 2.016	(896.486)	(1.905)	(2.031)	(419.410)	(103.452)	85	(1.423.199)
Lucro / Prejuízo do período findo em 31 de março de 2.016.	<b>(9.827)</b>	<b>(32)</b>	<b>(33)</b>	<b>(36)</b>	-	-	<b>(9.928)</b>

Considerando que as investidas apresentam passivo a descoberto, a movimentação da participação da controladora nesses passivos a descoberto está apresentada no passivo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

## Notas Explicativas

### 9. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o período findo em 31 de março de 2016:

Descrição	Taxa de depreciação anual (%)	Controladora					
		31/03/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	5.627	-	5.627	5.627	-	5.627
Edifícios	4	8.883	(2.820)	6.063	8.883	(2.762)	6.121
		<b>14.510</b>	<b>(2.820)</b>	<b>11.690</b>	<b>14.510</b>	<b>(2.762)</b>	<b>11.748</b>

Descrição	Taxa de depreciação anual (%)	Consolidado					
		31/12/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	5.627	-	5.627	5.627	-	5.627
Edifícios	4	8.883	(2.820)	6.063	8.883	(2.763)	6.120
Benf. em imóveis de terceiros	(*)	2.997	(1.757)	1.240	2.583	(1.758)	825
Móveis e utensílios	10	1.713	(1.119)	594	1.709	(1.104)	605
Equipamentos de informática	20	1.125	(952)	173	1.086	(944)	142
Instalações	(*)	28	(6)	22	28	(5)	23
		<b>20.373</b>	<b>(6.654)</b>	<b>13.719</b>	<b>19.916</b>	<b>(6.574)</b>	<b>13.342</b>

(\*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstramos a seguir, para o trimestre findo em 31 de março de 2016:

Descrição	Taxa de depreciação	Controladora				
		31/12/2015 Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	31/03/2016 Valor Líquido
Terrenos	-	5.627	-	-	-	5.627
Edifícios	4	6.121	-	-	(58)	6.063
		<b>11.748</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(58)</b>	<b>11.690</b>

**Notas Explicativas**

	Taxa de depreciação	Consolidado				31/03/2016 Valor Líquido
		31/12/2015 Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	
Terrenos		5.627	-	-	-	5.627
Edifícios		6.120	-	-	(58)	6.062
Benf. em imóveis de terceiros	(*)	825	525	(12)	(98)	1.240
Móveis e utensílios	10	607	29	(9)	(30)	597
Equipamentos de informática	20	140	45	(1)	(13)	171
Instalações	(*)	23	-	-	(1)	22
		<b>13.342</b>	<b>599</b>	<b>(22)</b>	<b>(200)</b>	<b>13.719</b>

(\*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação.

**10. Empréstimos e Financiamentos (Consolidado)**

	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Eurobonds	42.355	42.355
	<b>42.355</b>	<b>42.355</b>

Representam obrigação da controlada Feniciapar S.A. com West Merchant Bank Limids referente à captação no exterior por meio de emissão de EUROBONDS, com vencimento inicial previsto para o ano de 2005, com taxa de juros de 9,50% a.a., antes da concordata de Kosmos Comércio de Vestuário S/A.

Entretanto, conforme mencionado na nota 3 c), os referidos empréstimos tiveram seus vencimentos antecipados por ocasião da concordata requerida pela Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (controladora e garantidora dos direitos creditórios). Em conjunto com os debenturistas, foi definido que os juros do empréstimo passariam a ser de 8,825% ao ano, além da variação cambial do dólar norte-americano, calculados até 31 de dezembro de 2014. Os valores provisionados incluem imposto de renda retido na fonte de 27,5% sobre os juros a serem remetidos ao exterior.

Considerando que esta operação está garantida com direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos estes que foram devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado. Os valores registrados estão refletindo adequadamente a obrigação da Companhia.

## Notas Explicativas

### 11. Títulos a pagar (Consolidado)

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Títulos a Pagar	98.228	107.777
	<b>98.228</b>	<b>107.777</b>

A rubrica de Títulos a pagar corresponde a Euro-Commercial Paper captados por meio da empresa controlada no exterior Arapuã International Investment Corp., com previsão inicial de juros que variavam de 9% a 11% ao ano e comissão de 0,5%, vencidos em 05/06/1998.

Com o pedido de Concordata Preventiva/Recuperação Judicial, os respectivos credores de Arapuã International habilitaram seus créditos diretamente na Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial.

A partir de janeiro de 2014 esses títulos deixaram de ser atualizados na Arapuã International Investment Corporation. A variação do saldo demonstrado acima, entre 2014 e 2015, deve-se somente à variação cambial decorrente da conversão dos saldos para fins de consolidação na Companhia.

### 12. Debêntures

As debêntures correspondem a duas emissões, com as seguintes características em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

#### Março de 2016

	<u>1ª emissão</u>		<u>3ª emissão</u>
	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>Série única</u>
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	85.986	122.512	161.272
<b>Total</b>			<b>369.770</b>
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

**Notas Explicativas****Dezembro de 2015:**

	<b>1ª emissão</b>		<b>3ª emissão</b>
	<b>1ª série</b>	<b>2ª série</b>	<b>Série única</b>
Data de emissão	01.08.1995	01.08.1995	01.03.1997
Data de vencimento	01.08.1998	01.08.1998	01.03.2000
Valor unitário	R\$2.894,08	R\$2.797,26	R\$17.495,33
Quantidade	29.711	43.797	9.218
Valor	85.986	122.512	161.272
<b>Total</b>			<b>369.770</b>
Conversibilidade	Não conversíveis em ações	Não conversíveis em ações	Conversíveis em ações
Remuneração	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID	Corresponde à variação acumulada da taxa ANBID

As debêntures estão atualizadas até 31/12/2014 pelos critérios de remuneração estabelecidos nas escrituras públicas.

Considerando que as debêntures são garantidas por direitos creditórios de Kosmos Comércio de Vestuário S/A, créditos esses que estão devidamente habilitados nos autos do processo de recuperação judicial, motivo pelo qual deixou de ser atualizado a partir de janeiro de 2015. Os valores registrados estão refletindo adequadamente as obrigações da Companhia.

**13. Obrigações com credores quirografários**

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>31/03/2016</b>	<b>movimentação</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/03/2016</b>	<b>movimentação</b>	<b>31/12/2015</b>
Fornecedores mercadorias	5.404.357	(23)	5.404.380	5.404.357	(23)	5.404.380
Fornecedores no exterior	15.753	-	15.753	15.753	-	15.753
Debêntures	748.607	-	748.607	748.607	-	748.607
Financiamento no País - Capital de Giro	288.474	-	288.474	288.474	-	288.474
Outras contas à pagar	4.053	-	4.053	4.053	-	4.053
	<b>6.461.244</b>	<b>(23)</b>	<b>6.461.267</b>	<b>6.461.244</b>	<b>(23)</b>	<b>6.461.267</b>

Desde de 22 de junho de 1998 e até 31 de dezembro de 2013, os créditos quirografários estiveram sujeitos à atualização monetária conforme a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescidos de juros de 12% ao ano. A partir do exercício de 2014, considerando os termos do plano de recuperação judicial, aprovados na Assembleia de credores em 16 de dezembro de 2011, o qual foi homologado na Justiça, a Administração da Companhia deixou de fazer a referida atualização monetária.

## Notas Explicativas

Contudo, considerando que tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contestando o não processamento de recurso movido por um dos credores da Companhia, a Administração da Companhia optou por não efetuar o ajuste dos passivos quirografários. A Administração da Companhia efetuará o referido ajuste contábil somente quando não houver mais qualquer recurso em processamento na Justiça contestando os termos do plano de recuperação judicial.

Os valores relativos às coobrigações decorrentes de cessão de direitos creditórios a terceiros não estão inclusos no montante de créditos quirografários. Isso ocorre em virtude de as referidas obrigações serem passíveis de liquidação, a qualquer tempo, após o recebimento das prestações devidas pelo devedor original.

### 14. Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ICMS - parcelado	519	570	1.768	1.929
ICMS (b)	25.084	23.966	84.939	80.968
ISS	-	-	42	47
IRRF	27	27	141	199
IPTU	-	-	86	47
IR Euronotes	-	-	6.429	6.429
INSS - Retido	76	75	76	75
Outras Obrigações	4	5	26	27
REFIS (a)	99.902	99.156	143.099	142.245
	<b>125.612</b>	<b>123.799</b>	<b>236.606</b>	<b>231.966</b>
Circulante	25.710	24.643	93.507	89.721
Não Circulante	99.902	99.156	143.099	142.245

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, de modo a regularizar seus débitos tributários e previdenciários, inclusive os parcelados, consolidando estes débitos em 13 de abril de 2000, através da entrega da declaração. Conforme Portaria 106, de 12 de Abril de 2002, o referido débito foi homologado pelo comitê gestor do REFIS, o qual está sendo recolhido regularmente desde 08 de Maio de 2000 e atualizado pela TJLP.

Em 04 de novembro de 2005, através da Portaria CG/REFIS nº 1.140 a Companhia foi excluída do Programa de Recuperação Fiscal.

Visando restabelecer o parcelamento foi proposta, em agosto de 2007, Ação Anulatória que tramita junto à 12ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, procedimento nº2.007.61.00.023183-2. Sentença proferida em 24 de novembro de 2010 julgando improcedente a ação.

## Notas Explicativas

Em 07 de janeiro de 2011 foi interposto recurso de apelação. A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal – 3ª região negou provimento a apelação, por maioria de votos.

Em 25 de novembro de 2013 foi interposto recurso especial e extraordinário com pedido de efeito suspensivo ativo. Está sendo aguardado o exame de admissibilidade e processamento dos recursos especial e extraordinário:

- Base de cálculo das parcelas: 1,2% do faturamento bruto;
- Estimativa da quantidade de anos para liquidação do REFIS: aproximadamente 22;
- Total do valor a pagar do REFIS em 31 de março de 2016: R\$ 99.902;
- Valor presente da dívida em 31 de março de 2016: R\$ 50;
- Taxa de desconto utilizado para o cálculo do valor presente: 3,25% ao ano (CDI)

Os efeitos da exclusão da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal – Refis estão devidamente registrados nas demonstrações contábeis na rubrica Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas, no montante de R\$ 74.246.

- (b) Refere-se a valores em aberto de ICMS que a Companhia está discutindo na esfera administrativa e judicial.

### 15. Provisão para passivo a descoberto em controladas

A provisão está sendo constituída proporcionalmente a participação nas investidas.

<b>Investidas</b>	<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>Movimentação</b>	<b>Variação Cambial</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>
Novelty Modas S/A	(855.801)	(9.827)	-	(845.974)
Feniciapar S/A	(419.325)	(36)	-	(419.289)
Arapuã International Invest Corp.	(103.451)	-	(10.057)	(113.508)
Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(1.906)	(33)	-	(1.873)
Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda	(2.029)	(32)	-	(1.997)
	<b>(1.382.512)</b>	<b>(9.928)</b>	<b>(10.057)</b>	<b>(1.382.641)</b>



**Notas Explicativas****Informação das investidas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:**

	<b>31/03/2016</b>				
	<b>NOVELTY MODAS S/A</b>	<b>BANTAN ADM. CRÉD. COBR.</b>	<b>SAMARO ADM. CRÉD. COBR.</b>	<b>FENICIAPAR S/A</b>	<b>ARAPUÁ INTERNATIONAL</b>
<b>ATIVO</b>	<b>16.117</b>	<b>204.798</b>	<b>12.981</b>	<b>15</b>	<b>5</b>
. Circulante	9.484	21	7	15	-
. Não Circulante	6.633	204.777	12.974	-	5
<b>PASSIVO</b>	<b>16.117</b>	<b>204.498</b>	<b>12.981</b>	<b>15</b>	<b>5</b>
. Circulante	74.433	409	499	418.583	98.228
. Não Circulante	838.170	205.994	14.513	842	5.229
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(896.486)</b>	<b>(1.905)</b>	<b>(2.031)</b>	<b>(419.410)</b>	<b>(103.452)</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>(9.827)</b>	<b>(33)</b>	<b>(32)</b>	<b>(36)</b>	<b>-</b>

  

	<b>31/12/2015</b>				
	<b>NOVELTY MODAS S/A</b>	<b>BANTAN ADM. CRÉD. COBR.</b>	<b>SAMARO ADM. CRÉD. COBR.</b>	<b>FENICIAPAR S/A</b>	<b>ARAPUÁ INTERNATIONAL</b>
<b>ATIVO</b>	<b>20.422</b>	<b>204.500</b>	<b>12.981</b>	<b>15</b>	<b>5</b>
. Circulante	13.956	27	7	15	-
. Não Circulante	6.466	204.473	12.974	-	5
<b>PASSIVO</b>	<b>24.422</b>	<b>204.500</b>	<b>12.981</b>	<b>15</b>	<b>5</b>
. Circulante	75.064	381	465	418.556	107.777
. Não Circulante	836.017	205.992	14.513	833	5.736
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(886.659)</b>	<b>(1.873)</b>	<b>(1.997)</b>	<b>(419.374)</b>	<b>(113.508)</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>(167.843)</b>	<b>(223)</b>	<b>(270)</b>	<b>(56)</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas

### 16. Partes relacionadas

Em concordância com o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1), a Companhia efetua operações com empresas ligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Arapuã International Investment Corp Finance	5.229	5.737	-	-
Bantan Serviços de Administração de Créditos e Cobranças Ltda	204.202	204.200	-	-
Samaro Administração de Crédito e Cobranças Ltda	12.331	12.331	-	-
Novelty Modas S/A - mútuo	43.067	42.551	-	-
Novelty Modas S/A - recuperação judicial	3.611	3.110	-	-
Feniciapar S/A	107	107	-	-
Fenícia Serviços e Participações Ltda	-	-	100	100
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	451	325
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	23.783	3.498	-	-
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	204.202	204.202
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	857	9.260	8.838
Provisão para perdas com créditos em controladas	(250.116)	(250.622)	(209.431)	(209.939)
	<b>42.214</b>	<b>21.769</b>	<b>4.582</b>	<b>3.526</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	12.087	12.087
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	1.514	1.777	1.514	1.777
Bantan Serviços de Administração de Créditos e Cobranças Ltda	-	-	61	-
FL. Fomento Mercantil S/A	-	-	46	46
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	671	670
Fenícia Participações e Comércio Ltda	-	-	7	7
	<b>1.514</b>	<b>1.777</b>	<b>14.386</b>	<b>14.587</b>
<b>Resultado</b>				
<b>Receitas de Serviços</b>				
Novelty Modas S/A	12	48	-	-
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	-	-	36	144
Fenícia Administração de Negócios e Cobrança Ltda	-	-	1	8
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	192	724
	<b>12</b>	<b>48</b>	<b>229</b>	<b>876</b>
<b>Receitas de Aluguel</b>				
Novelty Modas S/A	<b>1.304</b>	<b>2.413</b>	-	-
<b>Despesas com Serviços</b>				
Angélica Administração de Créditos e Cobranças Ltda	(1)	(7)	(1)	(8)
Simeira Comércio e Indústria Ltda	-	-	(192)	(724)
Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda	(36)	-	(36)	(144)
	<b>(37)</b>	<b>(7)</b>	<b>(229)</b>	<b>(876)</b>

#### Arapuã Internacional Investment Corp.

Em 31/03/2016 a companhia possuía valores a receber da controlada Arapuã International Investment Corp. no montante de R\$ 5.229 (R\$ 5.737 em 2015) referente a saldo de contrato de mútuo celebrado em 01 de janeiro de 1997 com vencimento em 31 de dezembro de 1997 com previsão de atualização pela variação cambial.

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e a Arapuã International Investment Corporation Finance não apresenta situação financeira e

## Notas Explicativas

patrimonial suficiente para liquidar a obrigação, a Companhia, por questão de prudência, constituiu uma provisão para perdas no mesmo valor.

### **Bantan Serviços de Administração Crédito e Cobrança Ltda**

Em 31/03/2016 a companhia possuía valores a receber da empresa controlada Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. no montante de R\$ 204.202 (R\$ 204.200 em 2014), referentes a saldo de contrato de mútuo celebrado em 30 de abril de 1998, com vencimento em até 24 meses da data de sua emissão, com previsão de atualização pela variação do IGPM acrescido de juros de 1% ao mês.

Considerando que o referido crédito não foi liquidado conforme estabelecido e Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda não apresenta situação financeira e patrimonial suficiente para liquidação da obrigação, a Companhia, por questão de prudência, deixou de atualizar o saldo e uma provisão para perdas foi constituída no mesmo valor.

### **Simeira Comércio e Indústria Ltda. (controladora de Kosmos Comércio de Vestuário S.A em recuperação judicial)**

Baseado no Plano de Recuperação Judicial indicado na Nota Explicativa nº 1, a Simeira Comércio e Indústria Ltda., controladora indireta de Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. possui dívida, em 31/03/2016, para com esta, no montante de R\$ 204.202 e (R\$ 204.202 em 2015). Essa dívida de Simeira Comércio e Indústria Ltda. para com Bantan Serviços de Administração de Crédito e Cobrança Ltda. poderá ser futuramente quitada via recebimento de dividendos e/ou outra solução legítima de mercado.

### **Samaro Administração de Crédito e Cobrança Ltda**

Valores a receber em 31/03/2016 de R\$ 12.331 (R\$ 12.331 em 31/12/2015), decorrentes de serviços prestados para Kosmos, conforme contrato firmado em 31/05/2012, com vencimento indeterminado e sem previsão de atualização dos saldos em aberto.

### **Novelty Modas S/A – Aluguel**

Créditos a receber em 31/03/2016 no valor de R\$ 2.382 (R\$ 1.866 em 31/12/2015) decorrente do Acordo de Operação de Pontos Comerciais e Uso de Imóveis, conforme contrato firmado em 30 de abril de 1999, que estabelece que Novelty Modas S/A pagará para Kosmos, mensalmente, todos os custos incorridos por força do estabelecido nos contratos de locação dos imóveis nos quais Novelty Modas S/A explora suas atividades comerciais. O referido contrato tem prazo igual aos contratos de locação celebrados.

As despesas de alugueres têm como origem o referido Acordo de Operação de Pontos Comerciais para uso de Imóveis firmado entre Novelty Modas S/A e Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial conforme explicitado no parágrafo anterior totalizando em 31/03/2016 o montante de R\$ 1.304 (R\$ 2.463 em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### Novelty Modas S/A – mútuo

Em 31/03/2016 a companhia possuía valores a receber da controlada Novelty Modas S/A no montante de R\$ 40.685 (R\$ 40.685 em 31/12/2015) referente a saldo de contrato de mutuo celebrado em 20/09/2002, aditivos em 02/01/2008 e 01/12/2012, com vencimento em 31/01/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

Considerando que a controlada Novelty Modas S/A não está gerando recursos, em suas operações, suficientes para amortizar a referida obrigação, a Controladora decidiu constituir uma provisão para perdas no mesmo valor do crédito.

### Provisão para perdas com créditos em controladas

Controladas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Bantan Serviços Adm. de Créd. e Cobr. Ltda	204.202	204.200	204.202	204.202
Novelty Modas S/A	40.685	40.685	-	-
Arapuã International Invest. Corp.	5.229	5.737	5.229	5.737
	<b>250.116</b>	<b>250.622</b>	<b>209.431</b>	<b>209.939</b>

Os demais valores referem-se a contratos de mútuo com vencimentos diversos entre 31/12/2014 a 31/12/2016, com previsão de atualização de juros 1% ao mês.

### Remuneração da administração

Os administradores da Controlada Novelty Modas S/A receberam, até 31/03/2016, o montante de R\$ 109 mil (R\$ 401 mil em 31/12/2015).

Do período de 03 (três) meses findo em 31 de março de 2016 não houve pagamento de benefícios à Diretores e Administradores. A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração.

## 17. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

### Controladora

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, na controladora, no montante de R\$ 164.226 (R\$ 166.408 em 31 de dezembro de 2015) e ainda com base em pareceres das assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 38.609, como possível perda (R\$ 38.609 em 31 de dezembro de 2015).

### Consolidado

Há provisões constituídas com base em parecer jurídico, de perda provável, no montante de R\$ 893.109 (R\$ 893.872 em 31 de dezembro de 2015) e ainda com base em pareceres das

## Notas Explicativas

assessorias jurídicas, há riscos no montante de R\$ 151.078, como possível perda (R\$ 151.078 em 31 de dezembro de 2015).

### 17.1. Provisões

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Tributárias	155.525	155.525	879.610	876.920
Trabalhistas	6.170	8.353	10.777	14.230
Civil	2.530	2.530	2.722	2.722
<b>Total</b>	<b>164.225</b>	<b>166.408</b>	<b>893.109</b>	<b>893.872</b>

### 17.2. Classificação para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Tributárias	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS	72.353	19.914	92.267	514.228	47.385	561.613
COFINS	35.900	-	35.900	253.105	6.702	259.807
PIS	11.445	418	11.863	62.136	2.824	64.960
INSS	14.106	-	14.106	14.164	46.567	60.731
CSLL	5.548	561	6.109	5.548	561	6.109
FGTS	-	-	-	8.775	-	8.775
OUTROS	16.173	11.840	28.013	21.654	39.505	61.159
	<b>155.525</b>	<b>32.733</b>	<b>188.258</b>	<b>879.610</b>	<b>143.544</b>	<b>1.023.154</b>
Cíveis	2.530	5.852	8.382	2.722	7.325	10.047
Trabalhistas	6.170	24	6.194	10.777	209	10.986
	<b>164.225</b>	<b>38.609</b>	<b>202.834</b>	<b>893.109</b>	<b>151.078</b>	<b>1.044.187</b>

**Notas Explicativas****17.3.Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

<b>Controladora</b>						
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Encargos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/03/2016</b>
Tributárias	155.525	-	-	-	-	155.525
Trabalhistas	8.353	-	-	-	(2.183)	6.170
Cíveis	2.530	-	-	-	-	2.530
	<b>166.408</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.183)</b>	<b>164.225</b>

  

<b>Consolidado</b>						
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Encargos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/03/2016</b>
Tributárias	876.920	-	2.690	-	-	879.610
Trabalhistas	14.230	-	-	-	(3.453)	10.777
Cíveis	2.722	-	-	-	-	2.722
	<b>893.872</b>	<b>-</b>	<b>2.690</b>	<b>-</b>	<b>(3.453)</b>	<b>893.109</b>

Como sucessora da Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda., a Kosmos Comércio de Vestuário S/A tem a responsabilidade sobre suas contingências de ordem trabalhista, previdenciária, comercial e civil. Existe termo formal de assunção de responsabilidades, sem limite de tempo e valor entre a Companhia e sua antecessora, no sentido de que todas as contingências que venham a se materializar por fatos ocorridos até 31 de Dezembro de 1994 serão de exclusiva responsabilidade da sucessora.

A controlada Novelty Modas S/A. possui processos em andamento em diversos Estados da Federação, que visam à restituição do ICMS recolhido sobre os acréscimos financeiros decorrentes de vendas financiadas. O montante total dos correspondentes créditos, levantados pelos assessores jurídicos da Companhia, líquido dos valores já compensados até 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 146.634 (R\$ 145.743 em 31 de dezembro de 2015). Esses créditos não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais ou consolidados da Companhia.

**18. Passivo a Descoberto****Capital social**

O Capital Social autorizado é de até R\$ 600.000. O Capital Subscrito, integralizado e atualizado é de R\$ 268.100 por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

## Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u> <u>31/03/2016</u>		<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Ações Ordinárias	16.083.215.114	52,01	16.083.215.114	52,01
Ações Preferenciais	14.842.441.564	47,99	14.842.441.564	47,99
	<b>30.925.656.678</b>	<b>100,00</b>	<b>30.925.656.678</b>	<b>100,00</b>

Atualmente as ações ordinárias e as ações preferenciais possuem direitos iguais de voto nas deliberações das assembleias gerais.

A Companhia tem aprovado programa de Depositary Receipts tipo “DR”, abrangendo ações preferenciais, havendo distribuição no exterior de acordo com a regra 144-A e regulamentação “S” da SEC. O banco emissor dos “GDRS” é o Citibank N.A e o banco custodiante é o Banco Itaú S.A. A proporção de 1 “GDR” corresponde a 1.000 ações preferenciais escriturais.

Em 13 de Dezembro de 1996, a “Securities and Exchange Commission” (SEC) aprovou a inclusão da Kosmos Comércio de Vestuário S/A na lista dos emissores privados estrangeiros a operarem segundo a regra 12g3-2(b) do “Securities Exchange Act of 1934”, Nível I.

Entretanto, tendo em vista o evento da Concordata/ Recuperação Judicial da Companhia, as negociações de suas ações e dos GDRS nas bolsas de valores locais e estrangeiras foram suspensas.

### Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício pela quantidade de ações em circulação, uma vez que as ações ordinárias e preferenciais possuem atualmente direitos iguais. A companhia possui apenas uma categoria de ação ordinária.

<u>Descrição</u>	<u>Prejuízo por ações</u>			
	<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Numerador	30.925.657	30.925.657	30.925.657	30.925.657
Lucro (Prejuízo) do período	(11.397)	(155.177)	(11.397)	(155.177)
Denominador	(0,0004)	(0,0050)	(0,0004)	(0,0050)
Média ponderada de ações em circulação	-	-	-	-
<b>Prejuízo diluído por ação R\$</b>	<b>(0,0004)</b>	<b>(0,0050)</b>	<b>(0,0004)</b>	<b>(0,0050)</b>

A companhia não possui contratos ou operações de opção envolvendo suas ações que pudessem impactar a mensuração do resultado por ação.

## Notas Explicativas

### Reserva de capital

A Reserva de Capital é representada principalmente pelos incentivos fiscais adquiridos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM sobre o IRPJ e CSLL.

### Ações em tesouraria

Existem 509.487.630 ações preferenciais, sendo 259.487.630 ações recebidas em doação do acionista Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda. e 250.000.000 ações adquiridas no exercício de 1997, conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 06 de Maio de 1997. As ações em tesouraria mantêm-se registradas pelo valor de mercado na data em que ocorreu a transação, no montante de R\$ 4.790.

### Ajuste de avaliação patrimonial

A Administração de Kosmos e suas controladas optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do custo atribuído (“deemedcost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10, somente para os edifícios e terrenos. Com base na análise realizada pela administração para os demais itens registrados no imobilizado, representados substancialmente por equipamentos de informática, móveis e utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática de custo atribuído. Os valores atribuídos aos terrenos e edifícios foram contabilizados em 01/01/2010 pelos seus valores justos estimados em laudos de avaliação.

	<u>CONTROLADORA</u> 31/03/2016	<u>CONSOLIDADO</u> 31/12/2015
Terrenos	15.319	15.319
Edifícios	10.060	10.060
	<u>25.379</u>	<u>25.379</u>
Realização do Ajuste Acumulado	<u>(15.951)</u>	<u>(15.913)</u>
Saldos	<u>9.428</u>	<u>9.466</u>

### Dividendos obrigatórios

Em função do passivo a descoberto apresentado pela Companhia e suas Controladas, não foram distribuídos dividendos aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social.



## Notas Explicativas

### 19. Receitas Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2016
<b>Receita Bruta</b>				
Mercadorias	-	-	9.250	11.747
Serviços	12	12	-	3
Aluguel	1.512	1.066	212	447
Devoluções	-	-	(511)	(733)
	<b>1.524</b>	<b>1.078</b>	<b>8.951</b>	<b>11.464</b>
<b>Tributos sobre vendas</b>				
Impostos Inc. s/ Vendas e Serviços	(142)	(100)	(1.731)	(2.074)
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.382</b>	<b>978</b>	<b>7.220</b>	<b>9.390</b>

### 20. Despesas administrativas e gerais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	(1.935)	(1.747)	(4.026)	(3.487)
Aluguel	(1.191)	(604)	(1.337)	(812)
Serviços Profissionais	(229)	(200)	(740)	(952)
Tributos e Contribuições	(98)	(7)	(189)	(160)
Depreciações /Amortizações	(58)	(72)	(243)	(278)
Outras	(18)	(4)	-	(208)
	<b>(3.529)</b>	<b>(2.634)</b>	<b>(6.535)</b>	<b>(5.897)</b>
<b>Provisões / Reversões Contingências</b>				
Fiscais	-	-	(2.690)	(2.249)
Trabalhistas	2.183	-	3.453	307
	<b>(1.346)</b>	<b>(2.634)</b>	<b>(5.772)</b>	<b>(7.839)</b>

**Notas Explicativas****21. Despesas comerciais**

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pessoal	(2.004)	(2.215)
Aluguel	(605)	(608)
Marketing	(146)	(158)
Serviços Profissionais	(133)	(135)
Utilidades e Serviços	(217)	(112)
Tributos e Contribuições	(115)	(50)
Despesas Gerais	(184)	(254)
	<u><b>(3.404)</b></u>	<u><b>(3.532)</b></u>

**22. Despesas financeiras**

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Juros	(1.125)	(700)	(4.817)	(2.762)
Multas	-	-	(278)	-
Atualização Debêntures	-	-	-	(6.477)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	701
Encargos Refis - Lei 11.941/2009	(765)	(561)	(765)	(868)
Outras	-	-	(129)	(278)
	<u><b>(1.890)</b></u>	<u><b>(1.261)</b></u>	<u><b>(5.989)</b></u>	<u><b>(9.684)</b></u>

**23. Receitas financeiras**

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Aplicações Financeiras	-	-	342	-
Juros	385	1	387	4
	<u><b>385</b></u>	<u><b>1</b></u>	<u><b>729</b></u>	<u><b>4</b></u>

## Notas Explicativas

### 24. Compromissos

A Companhia mantém com as entidades financeiras cessionárias a responsabilidade pelo ressarcimento das contas a receber cedidas e não recebidas até a data do vencimento. Em 31 de dezembro de 2015 a responsabilidade pelos créditos em aberto monta R\$ 134.000 na controladora (R\$ 134.000 em 31 de dezembro de 2015). Deste montante, a Companhia está coobrigada por financiamentos obtidos por seus clientes com a empresa ligada em R\$ 121.124 (R\$ 121.124 em 31 de dezembro de 2015).

### 25. Debêntures públicas

Conforme escritura de 08 de Maio de 1997, a Kosmos emitiu com data base de 01 de Abril de 1997, 100.000 debêntures nominais escriturais ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, conversíveis em ações preferenciais, com vencimento para 01 de Abril de 2000, sendo vedado o resgate antecipado.

Os respectivos títulos foram considerados créditos quirografários, conforme nota explicativa nº 13.

### 26. Seguros

A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

### 27. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros (ativos ou passivos) mensurados ao valor justo contra o resultado ou disponíveis para venda e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015.

### Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo, são registrados pelo custo histórico pelo método do custo amortizado. A Companhia possui como principais ativos financeiros classificados nesta categoria o seu:

- (i) Contas a receber de clientes - (vide nota explicativa nº 5); e
- (ii) Outros valores a receber.

### Passivos financeiros não mensurados pelo valor justo

São aqueles para os quais a Companhia decidiu não mensurar seu valor justo e sim utilizar o método de custo amortizado. Os principais ativos e passivos financeiros classificados nesta categoria são:

## Notas Explicativas

- (i) fornecedores; e
- (ii) valores a pagar para empresas relacionadas (vide nota explicativa nº 16).

Os valores justos dos instrumentos financeiros mencionados acima em 31 de dezembro de 2015 e dezembro de 2014 não se diferenciam de forma relevante dos respectivos valores contábeis.

As operações da Companhia que estão sujeitas aos fatores de riscos encontram-se abaixo descritas:

### **Risco de crédito**

A Companhia e suas controladas realizam seus direitos por vendas, em sua maioria, por recebimentos “à vista” ou por meio de operadoras de cartões de crédito e débito, o que reduz significativamente seu risco de crédito.

### **Risco de juros ou de variação cambial**

A Companhia e suas controladas não possuem aplicações financeiras com saldos relevantes e a grande parte de seus passivos financeiros atualmente não estão atrelados às flutuações dos juros de mercado, uma vez que foram incluídos no plano de recuperação judicial, conforme divulgados nas notas explicativas 10, 11, 12 e 13.

A Administração da Companhia entende que ela não está sujeita a riscos relevantes relacionados à taxa de juros ou variação cambial, razão pela qual não divulga a análise de sensibilidade relacionada a tais fatores. .

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Acionistas e Administradores da

Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Kosmos Comércio de Vestuário S/A – em recuperação judicial (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 –Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia obteve, em 1998, o benefício legal da concordata preventiva. Diversos desdobramentos judiciais ocorreram ao longo da década de 2000 em virtude das contestações ao plano da concordata por parte de alguns credores, bem como do pedido de falência impetrado por esses credores. Em 2009, Companhia obteve o direito ao processamento de seu pedido de recuperação judicial e, em 16 de dezembro de 2011, foi aprovado, em Assembleia de credores, por maioria, o plano de recuperação judicial da Kosmos Comércio de Vestuário S/A, o qual foi homologado na Justiça em 13 de fevereiro de 2012. Um dos credores ingressou na Justiça com recurso contestando os termos deste acordo e teve seu recurso negado. Atualmente tramita no Superior Tribunal de Justiça agravo de despacho denegatório de recurso especial movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que contesta o não processamento do recurso movido pelo referido credor. Em 31 de março de 2016, a Companhia apresentava uma situação financeira e patrimonial deficitária, inclusive com passivo a descoberto, gerando dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. As informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes às contas de ativo e passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das suas operações. Essas informações contábeis também não contemplam os ajustes contábeis que decorrem dos termos do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de 16 de dezembro de 2011, uma vez que transita na justiça recurso contestando os termos do acordo. Nosso relatório não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2016.

Marcos Venicio Sanches

Contador CRC 1SP-218.030/O-9

TG&C Auditores Independentes

CRC2SP-031.693/O-9

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em conformidade com o inciso VI do art. 25 da IN nº 480 de 07 de Dezembro de 2.009, com redação dada pela instrução CVM 520/12, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da companhia, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2.016.

São Paulo, 06 de Maio de 2.016.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Em conformidade com o inciso V do art. 25 da IN nº 480 de 07 de Dezembro de 2.009, os diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, referente ao encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2.016.

São Paulo, 06 de maio de 2.016.